



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE  
EDUCAÇÃO/2006

## **TRABALHO COMPLETO: PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA:**

### **INDUSTRIALIZAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO CENÁRIO EDUCACIONAL**

Michele Paitra Alves dos Santos

Curitiba ao longo de sua urbanização foi considerada por muitos um modelo de planejamento urbano a ser considerado, seguido e estudado. Conforme fontes do próprio IPPUC, existem registros de planejamento urbano na cidade anteriores aos grandes planos urbanísticos que se sucederam mas, sem dúvida, o planejamento urbano de Curitiba não foi o mesmo a partir da elaboração do Plano Agache (1941- 1943) e, duas décadas depois, o Plano Diretor (1966), em voga até hoje. Os estudos urbanos, conforme o autor, ganham uma certa dispersão teórica por “vários ramos do saber”, com objetos cientificamente diferenciados, como no caso do presente trabalho que relaciona a sociologia urbana ao campo educacional.

Pensando o caso de Curitiba, o que realmente constituiu uma excepcionalidade foi à subordinação, desde a aprovação do Plano Diretor de Urbanismo, à existência de um órgão central de planejamento, controle e gestão. Ainda na fase do Plano Preliminar de Urbanismo, este foi acompanhado pela equipe local, a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – APPUC, e, depois o PDU foi gerido pelo IPPUC. Esta dimensão inovadora para a época, possibilitou montar algo de caráter mais permanente possível.

Tomando como parâmetro a complexidade existente nas experiências de Planejamento Urbano, o objetivo deste trabalho consiste em verificar sociologicamente que motivos levaram e como ocorreu a industrialização de Curitiba pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba (1973) e quais impactos podem ter desencadeado na educação municipal na época. Para isso, será

apresentado o contexto de construção desse empreendimento a partir do planejamento urbano, resgatando o Plano Agache (década de 40) até o Plano Diretor (década de 60), abrindo caminho para a dimensão de industrialização na criação de um parque industrial, composto por equipamentos sociais, dentre estes, a escola.

O presente trabalho intitulado *Planejamento Urbano de Curitiba, industrialização e implicações no cenário educacional* pretende, em linhas gerais, discutir a sociologia urbana voltando seu foco de análise à questão brasileira até chegar ao caso de Curitiba.

O mesmo será dividido em quatro capítulos, no primeiro será apresentado a questão educacional quanto a conjuntura legal da LDB nº 4024 /61 e a Lei nº 5692/71 que permearam as ações municipais da rede escolar de Curitiba.

No segundo capítulo será tratado da constituição histórica da industrialização brasileira até chegar no caso de Curitiba com a Cidade Industrial, permeadas pelo Plano Diretor da cidade.

O terceiro capítulo realiza a análise do Primeiro Plano de Educação Municipal verificando que alusões realiza quanto a industrialização, destacando a importância da constituição dos conjuntos habitacionais de Curitiba para se entender este processo. E como finalização do mesmo serão descritas as considerações finais do projeto levantando as sinteticamente os principais resultados do mesmo.

A CIC será analisada mais em suas dimensões econômica e social, valendo-se do campo educacional municipal para dar conta do trabalho deste grande empreendimento.

Finalmente, dentro dos limites deste trabalho de conclusão de curso de graduação, basicamente realizar-se-á um balanço histórico do planejamento urbano de Curitiba por meio de uma discussão teórica, de uma industrialização que não pretendeu fugir aos limites da malha urbana e sim integrá-la econômica e socialmente.

## **CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO LEGAL: LDB N° 4024/61 E LEI N° 5692/71**

Segundo FONTOURA (1968), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação n° 4024/61, traz um espírito progressista que pretende traçar os novos rumos da educação brasileira, em prol do verdadeiro desenvolvimento nacional.

Esta Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional já estava sendo aguardada desde a Constituição de 1946, mas dizem também, que na verdade estava sendo esperada há pelo menos 140 anos, desde a Independência do Brasil, pois, jamais um governo se deu ao trabalho de fazer uma lei geral para a Educação Nacional.

A LDB de 1961 foi saudada como uma carta de libertação da educação nacional, mesmo sabendo que a lei em si não representa um milagre, dependendo muito de quem a aplica. Tentou fixar-se em uma verdadeira posição filosófica, ou melhor, dizendo, numa posição ideológica, com relação às próprias concepções de vida. E encontrava-se atrelada à filosofia do liberalismo, defendida pelos católicos e cristãos em geral e pelos adeptos da democracia. Estes pensavam a pessoa humana como possuidora de direitos naturais que o Estado não lhe poderia tirar. Já o Estado, deveria promover o bem estar da comunidade e a felicidade da pessoa humana.

Neste sentido, as bases da educação nacional no período, estavam muito atreladas ao Estado agindo como um organismo centralizador do público e até

mesmo do privado, demonstrado nessa segunda instância referente ao ensino o germe do capitalismo na educação, que deveria levar ao lucro. É ressaltada a existência de duas posições antagônicas voltadas à educação: os estatistas que lutam em favor da escola pública e os privatistas, que fazem tudo em prol das escolas particulares. Conforme preconiza a LDB de 1961, em seu artigo 1º :

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Segundo SCHUCH (1986), esses fins buscavam encontrar os mais altos ideais da humanidade, denunciada na prática como não mantenedora do que anunciou, isto é, de uma verdadeira reforma de base na Educação Nacional.

Mas apesar de tais críticas, a LDB nº 4024/61, abriu largas e promissoras perspectivas à educação nacional, que vinha sendo governada pelas leis da ditadura do período getulista, por isso tinha ganho um caráter de rigidez e uniformização, tirando a iniciativa das escolas e dos professores, com o Ministério da Educação transformando-se em um órgão fiscalizador da política nacional.

Ela é vista também, como sistematizadora da lógica da política nacional, privilegiando em alguns pontos a iniciativa privada, em especial o Ensino Médio, que seria em grande parte entregue à iniciativa privada, privilegiando quem já era privilegiado.

Segundo FONTOURA (1968), a LDB anunciou doze itens de tendências positivas relacionadas à educação nacional:

- 1) de igualdade de oportunidade para todos;
- 2) de aumento dos recursos para a educação;
- 3) de elevação da obrigatoriedade escolar, com o ensino primário passando a ter seis anos;
- 4) a gratuidade do ensino primário, e o estabelecimento pela União de bolsas de estudo

para alunos com poucos recursos;

5) a variedade do ensino médio, que coloca no mesmo plano o ensino secundário, o comercial, o industrial, o agrícola e o normal, prevendo ainda outras modalidades de ensino médio, com a relativa liberdade de organização dos currículos;

6) a liberdade de ensino, tanto aos Estados como aos colégios particulares e as Universidades;

7) a maior objetividade do ensino, ligando de maneira geral a escola e a vida;

8) o aperfeiçoamento dos professores, considerando-os nas despesas com a educação;

9) a Assistência Social aos estudantes;

10) o ensino de deficientes, abordado na LDB como a educação de excepcionais;

11) as pesquisas educacionais, que desde 1934 o Ministério da Educação possuía o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), como um órgão de pesquisa;

12) as iniciativas diversas, como de barateamento do livro didático e de recursos audiovisuais (ainda pouco investido no país na época).

As “coisas más na LDB de 61” seriam: 1º da centralização ministerial absurda do ensino, vencida no ensino médio, mas que vigorou no ensino superior; 2º a mania dos programas de ensino ofertados de forma oficial; 3º a rigidez dos Conselhos de Educação Estaduais; 4º o vestibular, mantido como concurso de habilitação ou exames vestibulares para o ingresso nas universidades, tendo como crítica de que esses exames não deveriam reprovar, mas sim classificar os candidatos segundo as suas capacidades, dentro do número de vagas existentes.

Os grandes problemas da educação na época seriam em primeiro lugar, a falta de educação, isto é, a falta de elementos humanos devidamente capacitados, que não queria dizer preparado mecanicamente, mas com senso de responsabilidade, de amor ao trabalho e ao bem comum.

O desenvolvimento de consistia em levar à comunidade atividades criadoras em que todos participassem. Os técnicos, os educadores e assistentes sociais, chegavam em pequenas comunidades e procuravam descobrir seus líderes naturais, para que esses pudessem estimular toda a comunidade a participar do projeto, passando em revista as necessidades da área, desde saúde pública até a educação, com o intuito de promover o bem estar social. Segundo o autor, estes fundamentos foram ignorados completamente pela LDB.

O problema que mais nos interessa para o presente projeto de pesquisa refere-se à educação para o desenvolvimento. A palavra de ordem na época para o mundo inteiro era do desenvolvimento, que não pode existir sem a preparação do homem para o trabalho.

A falha da filosofia desenvolvimentista de um dos últimos governos brasileiros (refere-se aos governos do pré-64) foi precisamente essa de subestimar o valor do homem, do elemento humano, pensando-se em desenvolvimento apenas em termos de indústrias, de estradas colossais, cidades monumentais. No programa de “METAS” do Governo previa-se aumento na produção de eletricidade, de aço, de cimento, de gasolina, de tudo, menos... na educação do povo! (FONTOURA, 1968, p.44)

Fica claro que o Brasil precisava educar o seu povo, mas a educação não pode ser de qualquer tipo, dada dentro de um ensino teórico decorativo. “O desenvolvimento exige industrialização, trabalho com máquinas de precisão, pesquisa científica, experimentação.” (p.44)

Para tanto, não poderia existir educação nacional sem a mudança de métodos de ensino, que precisavam tornar-se mais dinâmicos, dando mais ênfase aos cursos técnicos, sem prejuízo dos demais.

Neste sentido, faz-se necessário pensar o período da ditadura militar no Brasil, não como um plano apenas de desenvolvimento e planejamento urbano-industrial, mas também de importantes medidas educacionais, que realmente viabilizassem a formação de uma mão-de-obra para essa nova realidade nacional.

Outra reforma no ensino brasileiro é realizada em 1971, com a Lei nº 5692/71, que estabelece o final dos ensinos primário e ginásial e os cursos colegiais, substituindo-os pelo 1º e 2º graus.

A educação seguiu a partir da Lei nº 5692/71 um enfoque tecnicista, para uma formação em todos os níveis educacionais, segundo ARANHA (1996), na educação a ditadura atuou de modo aplicar na escola um modelo empresarial, baseado na “racionalização” do sistema capitalista internacional.

## **CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CURITIBA**

Muito se tem estudado sobre a industrialização brasileira, numa perene associação entre a cidade e a indústria na civilização contemporânea. Conforme OLIVEIRA (2001), o industrializar e o urbanizar tornaram-se quase sinônimos no desenvolvimento econômico e social da modernidade.

Quanto aos casos brasileiros de industrialização, há diversidade de experiências institucionais de acordo com os contextos históricos de formação de classes sociais, da dimensão do trabalho, bem como das origens e transformações da sociedade urbana e industrial.

Acompanhando as diretrizes gerais do planejamento urbano da cidade de Curitiba fica implícito por zonas estruturais, foi pensada em meio à infraestrutura social que integrava a malha urbana da cidade, existindo com esse pólo industrial setores de serviços especializados e equipamentos de consumo coletivo, como as escolas.

Um dos objetivos da Cidade Industrial de Curitiba era dar uma “substância” econômica à cidade, resultado de uma reestruturação física agindo em três grandes linhas: de reestruturação física da cidade, na transformação cultural e da industrialização como a ponta do tripé e base da sustentação econômica.

Atualmente a Cidade Industrial de Curitiba é um dos maiores bairros da cidade, oficializado por decreto de nº 774 em 1975, com ocupação ainda recente. O mesmo derivou como é sabido, da CIC criada em 1973, que pretendia implantar um espaço que fosse não apenas um parque industrial, mas um lugar que a população pudesse viver e trabalhar. Hoje é administrada, do ponto de vista econômico, pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, que engloba além da área industrial, funções e serviços integrados à malha urbana, bem como de transporte coletivo.

Em síntese, conforme o que foi exposto, Curitiba estruturou-se a partir de um processo de decisões político-administrativas que, com o Plano Agache e subsequente Plano Diretor, colocaram a capital numa esfera de desenvolvimento e industrialização através de soluções planejadas que também repercutiram na educação municipal, em especial, das escolas localizadas no bairro da CIC.

### **CAPÍTULO III – REPERCUSSÕES DA IMPLANTAÇÃO DA CIC NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

A situação da Educação Municipal na década de 1960, pode ser analisada a partir do Plano Municipal de Educação elaborado dois anos após a promulgação do Plano Diretor da cidade. Instituiu-se um Setor de Educação dentro do IPPUC, consolidando uma experiência de planejamento social inserido na concepção urbana.

O primeiro programa municipal para a educação de Curitiba de 1968, foi elaborado pelo IPPUC e só posteriormente por um órgão relacionado à educação.

Para tanto, para que possamos compreender melhor a política municipal de educação de Curitiba e integrá-la e/ ou compará-la à questão da industrialização vigente no município delimitada pelo Plano Diretor da cidade, torna-se necessário contextualizá-la dentro da realidade brasileira da época.

Quando olhamos o contexto histórico da constituição do currículo da rede municipal de ensino de Curitiba em 1968, verifica-se que foi realizado um diagnóstico na educação local propondo, conforme o documento da SME (2004, p. 4).), “investimentos na educação, criação de associações de pais e mestres, valorização do magistério e educação comunitária”

Para tanto, cabe lembrarmos que o período referido acima retrata a época de ditadura militar no Brasil, em que a questão do planejamento urbano foi muito valorizada, inclusive com altos investimento internacionais para esta área, o que pode ter afetado a própria organização do sistema educacional.

Segundo a obra do MEC/ INEP (1986) “A educação nas mensagens presidenciais”, foi instituído no ano de 1967, em termos nacionais, o plano global de reforma administrativa, no qual o “ensino primário” deveria ser de competência dos estados e municípios, tendo o governo federal ainda a preocupação em normatizar a educação e angariar recursos junto a organismos internacionais para uma programa de alfabetização funcional.

No planejamento urbano de Curitiba, o setor educacional também foi implementado com a construção prioritária de escolas em locais mais carentes. Segundo OLIVEIRA (2001, p.61), conjuntamente com os terrenos públicos em



Curitiba “haveria numerosas áreas públicas destinadas á instalação de praças, parques e outros equipamentos coletivos, como escolas e hospitais.”

Uma das formas de promover esta auto-promoção humana seria pelo “preparo” dos indivíduos para que se tornem capazes de se inserir no mundo moderno e industrial, onde as instituições de ensino teriam o papel privilegiado de proporcionar esta formação. Para que este espaço seja realmente de auto-formação os órgãos de planejamento, no caso o IPPUC, deveriam verificar as condições educacionais do município.

O presente estudo do IPPUC que resultou no Primeiro Plano de Educação Municipal (1968) não se detinha na análise apenas das escolas de Ensino Fundamental do município, mas alargou horizontes verificando inclusive a situação das escolas de ensino médio e profissionalizantes, superior, bem como as de Educação Infantil da época, num estudo para delimitar o futuro da rede municipal de ensino de Curitiba, até então inexistentes como tal.

Para entender a rede de escolas partiu-se da situação da população de Curitiba que, como já analisado no Plano Preliminar, crescia em níveis extraordinários. Quanto à análise da rede escolar, os níveis foram divididos de acordo com a nomenclatura da LDB nº 4024/61, partindo das condições das escolas do pré-primário, primário, supletivos, educação excepcional, ensino médio e superior. Nessa análise, foram levados em conta os contextos urbanos das unidades escolares, a situação física, a evolução das matrículas, bem como os aspectos das propostas pedagógicas para cada um desses níveis apresentados. Outro ponto levantado foi o da possibilidade de expansão da rede de escolas, de acordo com o aumento da população atendida.

Para isso, a cidade foi dividida em setores educacionais de acordo com as características de cada unidade escolar, prescrevendo como um todo a lei de zoneamento do município.

Outro ponto importante a ser levantado quanto ao documento é a afirmação que as ações do município, para a educação, estavam pautadas na “filosofia” de desenvolvimento, no qual o progresso social e econômico estavam apoiados na educação, concepção que reflete os pressupostos da LDB da época, bem como o

projeto desenvolvimentista do governo federal, que foi estendidos aos Estados e municípios.

O Primeiro plano Municipal também estava pautado nas diretrizes do Plano Diretor, que sendo “estabelece a divisão do Município em Setores Educacionais a serem delimitados pelo IPPUC, correspondendo cada um destes setores à áreas atendida pelo seu conjunto de unidades escolares”. (Plano de Educação Municipal, 1968, p. 23)

Para atender a este pressuposto, a Prefeitura havia criado o Primeiro Centro Educacional Comunitário “Papa João XXIII” em 1963 no bairro do Portão, seguindo o Centro Educacional “Isolda Schmidt” em 1966 no bairro Pilarzinho e finalmente o Centro Educacional “Nossa Senhora da Luz dos Pinhais” em 1967, Vila da COHAB, que seria a primeira das várias vilas de trabalhadores que integraria a futura CIC em 1973 e, mais tarde o bairro da CIC legalizado em 1975.

Os problemas ambientais foram tratados como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da cidade e, para isso, segundo o discurso de posse de Lerner (1971), deveriam ser construídas praças, grandes parques com a preservação de áreas verdes, sendo necessário um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo para coibir o processo de poluição do ar e da água.

A gestão de Saul Raiz também realizou um projeto de “desfavelamento”, que consistia em remover as famílias de áreas de risco, insalubres e sujeitas a inundações com a construção de conjuntos habitacionais populares, localizados em geral, na zona sul da cidade, porém este projeto de remoção das famílias teve sua eficiência limitada devido ao grande crescimento da mesma.

A segunda gestão Lerner (1979 – 1982) ocorreu após o convite do então governador Ney Braga para que o primeiro voltasse a ser prefeito de Curitiba. O contexto histórico da época era o da efervescência da “abertura democrática”, com uma Curitiba com um milhão de habitantes, num ritmo mais intenso principalmente político, com os movimentos populares intensificando as lutas reivindicatórias.

Encerrando a história da década de 1980, Curitiba apresentava um novo perfil proporcionado pelos diferentes grupos de interesse político-administrativos

que estiveram no poder na capital, significando um avanço tanto na estrutura jurídico-institucional, como na consciência coletiva para o problema ambiental.

Atualmente a Cidade Industrial de Curitiba é um dos maiores bairros da cidade, oficializado por decreto de nº 774 em 1975, com ocupação ainda recente. O mesmo derivou como é sabido, da CIC criada em 1973, que pretendia implantar um espaço que fosse não apenas um parque industrial, mas um lugar que a população pudesse viver e trabalhar. Hoje é administrada, do ponto de vista econômico, pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, que engloba além da área industrial, funções e serviços integrados à malha urbana, bem como de transporte coletivo.

Em síntese, conforme o que foi exposto, Curitiba estruturou-se a partir de um processo de decisões político-administrativas que, com o Plano Agache e subsequente Plano Diretor, colocaram a capital numa esfera de desenvolvimento e industrialização através de soluções planejadas que também repercutiram na educação municipal, em especial, das escolas localizadas no bairro da CIC.



Fonte: IPPUC Fotografia da CIC com suas fábricas

No primeiro setor de recreação era necessário criarem locais apropriados a uma nova forma de animação da cidade em termos sociais e culturais, com a construção de praças, de áreas verdes, de áreas arborizadas, de teatros atrelados a uma nova forma de ocupação do solo.

No setor de circulação foram criadas vias estruturais e, ainda, a melhoria do transporte coletivo com a construção de terminais e também com o desenvolvimento do anel central para os pedestres; do desenvolvimento de um

sistema viário trinário composto por três vias paralelas, isto é, uma central de tráfego lento e duas laterais de tráfego rápido, com a mão única em um sentido diferente.

Quanto ao saneamento, devido à diminuição dos recursos hídricos e do aumento da poluição do rio Iguaçu criou-se o parque São Lourenço e o Barigüi, e ainda medidas de implantação do Parque Regional do Iguaçu e a definição de uma área industrial.

Em especial, no setor de educação foi investido de modo a tornar a escola o núcleo básico da vida comunitária de cada área da cidade.

O empreendimento industrial da CIC (1973) já havia sido mencionado no Plano Diretor (1966), pretendendo promover neste espaço a construção de conjuntos habitacionais, como também de áreas comerciais, de equipamentos recreativos e educacionais.

Devido ao crescimento da população urbana de Curitiba, a partir de 1975 a rede de ensino municipal começou a se expandir principalmente como forma de atendimento aos conjuntos habitacionais, os mesmos localizados em várias áreas da cidade, em especial na CIC.

A escola, dentro de uma filosofia desenvolvimentista, passou a ser mais um dos equipamentos sociais básicos destinados à população que vivia em um espaço industrial. Ela não foi pensada, em primeira instância, como uma formadora de mão-de-obra para a indústria, mas para a população que vivia principalmente nos conjuntos habitacionais, migrantes que tiveram nos projetos do BNH e da COHAB, o lugar para habitar longe das favelas, garantindo a sobrevivência na capital do Estado.

Finalmente, quanto à hipótese levantada, verificou-se duas situações: a escola municipal foi pensada mais como um equipamento de consumo coletivo, do que como formadora de mão-de-obra para a indústria; também, foi planejada de forma a se integrar na malha urbana da cidade. O distrito industrial transformou-se, por sua vez, em um bairro, utilizando-se de toda a infra-estrutura delineada pelo Plano Diretor de Urbanismo de Curitiba.

## V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Maria Anita dos **Uma experiência de industrialização**: cidade industrial de Curitiba. Curitiba: Dissertação de Mestrado da Pós graduação em História do Brasil, História Econômica, UFPR, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de **História da educação**. 2ª ed. rev.ampl São Paulo: Moderna, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de **O golpe na educação**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. ( Brasil: os anos de autoritarismo)

CURITIBA. **Diretrizes curriculares em discussão**: a escola organizada em ciclos de aprendizagem. SME: 2001 – 2004.

CURITIBA. **Plano de educação**. Departamento de Bem Estar Social: PMC, 1975.  
v 1

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. Sociedade Serete, junho de 1965.

DUARTE, Sergio Guerra. **Educação brasileira**: do pré-escolar à pós-graduação: legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro :Antares, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: global, 1985.

FENIANOS, Eduardo Emílio. **Cidade Industrial**: trabalho e lazer. Curitiba:

UniverCidade, 2001. (Coleção Bairros de Curitiba)

FONTOURA, Amaral. **Diretrizes e bases da educação nacional**: lei nº4024/ 61 3ª ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1968. v 2

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor 2004: o Planejamento Urbano de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2004.

OLIVEIRA, Dennison de **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná, textos introdutórios)

SCHUCH, Vitor Francisco. **Legislação mínima da educação no Brasil**: ensino de 1º, 2º e 3º graus. 7ª ed. Porto Alegre: Sagra / UFSM, 1986